



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº05/2015

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Pichiochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a vinte e dois de Setembro de dois mil e quinze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

----Ponto três – Classificação de prédios devolutos – conhecimento da deliberação da Câmara;-----

----Ponto quatro – Majoração de IMI, prédios degarados e em ruínas – conhecimento da deliberação da Câmara; -----

----Ponto cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente às alterações aos acordos de execução em vigor com as Juntas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Freguesia; -----

-----Ponto seis – Apreciação e votação do Regulamento do Cemitério Municipal de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto sete – Apreciação e votação do Regulamento dos períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público, Prestação de Serviços e Restauração; -----

-----Ponto oito – Pedido de aprovação de alteração da delimitação da ARU da zona baixa de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto nove – Pedido de aprovação da delimitação da ARU de Praia do Ribatejo; -----

-----Ponto dez – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente 1ª Revisão Orçamental de 2015; -----

-----Ponto onze – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais de Gestão de 2016 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

Rui Monteiro Picciochi; -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

José Pereira de Sousa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocência Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequeto Cardoso; -----

Manuel da Costa; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Eduardo Cristovão Gil de Oliveira; -----
Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----
Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----
João Filipe Ricardo; -----
Paula Alexandra Vieira Duarte; -----
Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramallete Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número quatro, da reunião realizada a trinta de Setembro de dois mil e quinze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para intervir inscreveu-se o Senhor Deputado João Filipe Ricardo que solicitou que a sua intervenção na página dezanove fosse colocada entre aspas. A frase “...finalmente já temos gás na Rua 25 de Abril...”, pois foi dita em tom de brincadeira. -----

Foi submetida à votação o projeto de ata número quatro de trinta de Setembro de dois mil e quinze, a qual foi aprovada por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Deputados Municipal Nuno Gomes e Paula Duarte, por não terem estado nessa sessão, e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira do PPD/PSD, João Filipe Ricardo da CDU e João Gralha, Manuel Costa, Inocêncio Cruz, Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Constantino, José Chambel, César Barros, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

----- EXPEDIENTE -----(Vide anexo 1)-----

O Senhor Presidente da Assembleia salientou no expediente a seguinte correspondência. -----

- Ofício do Tribunal de Contas sobre a Homologação da Conta relativa ao exercício de 2011 - Recomendações. **(Anexo 2)** -----

- Ofício do Grupo Parlamentar Os Verdes – Pergunta ao Governo sobre a situação dos Centros de Saúde da ARS. **(Anexo 3)** -----

- Ofício da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha relativamente ao Conselho Municipal de Segurança. **(anexo 4)** -----

- Ofício da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha sobre o problema da Suinicultura Agropecuária Valinho, S.A. **(Anexo 5)** -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

= O Senhor Deputado João Filipe Ricardo leu uma declaração sobre as “Presidenciais 2016 – Edgar Silva”. (anexo 6) -----

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte – “Boa noite a todos. A minha intervenção vem no sentido de recordar alguns tópicos, pois creio que esta é a altura certa, pois irão ser objeto de alguma atenção na comunicação social dada a mudança do Governo. São dois pontos que aparentemente não se tocam, mas que no final acabam por se tocar, porque todos eles têm um grande tópico em comum que é a questão dos transportes públicos e da rede de transportes terrestres. Gostaria, de hoje, recordar a questão da A 23, considerando que o Grupo Parlamentar do PCP pretende apresentar, muito em breve, uma proposta de resolução, tendo em vista ao fim das portagens na A23. Já tem saído algumas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

notícias sobre este assunto na comunicação social, mas nunca é demais recordar que o troço entre a Videla e Abrantes está praticamente pago pela terceira vez. Ou seja, no início foi pago com fundos nacionais e comunitários, foi novamente reposta através de um imposto sobre combustíveis, isto, na altura do Dr. António Guterres, para suportar os custos com as parcerias público-privadas, tentando novamente retirar algum lucro que o Governo necessitaria para estas contas e novamente estamos a pagá-lo com a recente introdução de portagens, que do início foi muito contestada, mas que com o passar do tempo já não se ouve muito falar do assunto, e, já estamos todos muito resignados a pagar. Nunca é demais recordar que é muito importante para o desenvolvimento do interior, para o combater da constante desertificação do interior, promovendo medidas de discriminação positiva, nomeadamente através da abolição destas portagens que permitirão às pessoas, circular livremente até para ter acesso a serviços que foram todos eles muito centralizados, tais como os hospitais, tribunais, cartórios, e que obriga as pessoas a terem que desembolsar muito mais para além da gasolina e do desgaste do carro, através das portagens que têm de pagar para se deslocarem a sítios, onde são obrigadas a ir cada vez mais longe. Isto, só para não falar do crescimento económico, social das regiões e dos pequenos comércios que necessitariam obrigatoriamente de terem um apoio, e não mais um imposto que nos é cobrado. Voltando a falar um pouco mais dos transportes, reparei numa das comunicações que estava na nossa documentação, um email que o excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara enviou ao Senhor Presidente dos Caminhos de Ferro de Portugal, não sei se chegaram a responder ou não. O que acontece é que não consta no horário dos comboios o nome das paragens Vila Nova da Barquinha e Almourol, horário esse que foi recentemente reposto às sextas e domingos, mas também até seria pouco, porque tendo em conta que há agora já algumas experiências piloto de transporte,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente em Tomar, e do qual está em estudo a viabilização desse projeto para outras zonas da Comunidade Intermunicipal. A nível de transportes, todos nós sabemos que estamos muito mal servidos, temos ali a infra-estrutura do comboio e que é tão mal aproveitada. Após terem reintroduzido as paragens do comboio porque não fazer um estudo sobre a necessidade das populações, de um ou mais comboios pararem no nosso concelho, na tentativa de reabilitar a nível turístico com a paragem no Almourol. Tentar trazer mais pessoas e trazer novamente o comboio à nossa zona, zona de ferroviários por excelência. Estes dois tópicos, a A23 e a possibilidade de pedir um reforço na linha de caminhos-de-ferro, insere-se num grande tema que nós temos vindo a abordar e que a Câmara tem feito um esforço, a delimitação das ARU's, que atrai incentivos para quem se fixa nas zonas delimitadas. Na delimitação da ARU da Praia do Ribatejo o relatório realça a falta de transportes nesta freguesia, e de fato, às vezes são estas faltas de infraestruturas mais básicas que acabam por impedir os incentivos de serem bons e apelativos. Na altura de escolher a residência as pessoas pensam em tudo nomeadamente na localização e o acesso, o comércio, as escolas, a saúde, ou seja, tudo isso é pensado na altura de fixar residência e depois este trabalho que é feito para as ARUS, acaba por às vezes ficar no plano teórico, não passa à prática porque depois há uma série de lacunas que não são colmatadas. Daí, esta minha intervenção, agora, para reforçar mais uma vez a importância dos transportes aqui no nosso concelho.” --

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – “No problema das portagens na A23, se bem se recordam, fui das primeiras pessoas que levantei problemas sobre isso. Sempre considerei a A23 não uma autoestrada, mas um itinerário secundário que pertence à rede secundária do país, são coisas completamente diferentes. A partir de determinada altura classificaram como auto-estrada e meteram-lhe as portagens. Se forem verificar as atas de alguns anos anteriores e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certamente lembrar-se-ão de como reclamei em relação a isso. A estrada era um itinerário secundário, inserida na rede dos países periféricos da Europa, que vinha da Galiza ligava Peniche e seguia para Espanha. O problema das portagens como sabe, podemos reclamar, mas a solução depende do Poder Central.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados. -----

= **Presidente da Câmara** – “Boa noite a todos os presentes, votos Boas Festas. Respondendo à Deputada Paula Duarte, dizer que da parte da CP, apesar das insistências feitas pelo Gabinete do Presidente, não temos nenhuma resposta. Relativamente à questão do transporte, a pedido estamos na fase final da implementação do projeto e de certeza que em dois mil e dezasseis vamos arrancar com este projeto no concelho de Vila Nova da Barquinha. Estamos a ultimar os estudos e em princípio no primeiro semestre de dois mil e dezasseis o transporte pedido será uma realidade no nosso concelho.”-----

-----///-----

----- **ATENDIMENTO AO PÚBLICO** -----

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não houve intervenções por parte dos Municípios. -----

-----///-----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro. ----- (vide anexo 7) ---

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.**-----

Boa noite a todos. Começo por endereçar os votos de um feliz natal e um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

excelente ano de dois mil e dezasseis para todos os membros da assembleia, respetivas famílias, executivo municipal e público. Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, quero dizer que houve uma gafe, pois não recebi na minha informação escrita o mapa da situação financeira do Município, está em falta, pois esta termina nos processos judiciais. -----

- **Suinicultura** - Não tendo feito intervenção antes da ordem do dia, aproveito agora para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, pois não vim à última assembleia por ter outra atividade no mesmo dia, mas gostaria de saber qual o ponto de situação em relação à suinicultura, se há novidades, uma vez que depois daquela reunião em Santarém tenho notado que o cheiro já chega a minha casa nalguns dias, coisa que não acontecia; ou os ventos mudaram ou a situação piorou.-----

- **Processo judicial número dez** - Em relação à intervenção do Senhor Presidente no que respeita ao processo número dez, qual o ponto de situação, uma vez que houve julgamento no dia catorze de dezembro. Em relação ao processo doze, no dia dezoito de Novembro houve uma audiência, já há algum resultado? O processo dez e doze presumo que sejam do mesmo género, apesar de ser uma empresa factoring. Isto é uma empresa que possivelmente lhe foi pedida uma injunção, para que a dívida da Câmara seja cedida a uma empresa que pede esse dinheiro. Gostava de saber porque é que a câmara está realmente a pôr um processo, porque é que estas coisas não são limpas, ou seja, se eu devo a uma empresa e não posso pagar, posso perfeitamente dizer que esse crédito que me é devido passe para uma empresa à qual eu devo. Não sei qual é o ponto de situação, se será uma questão jurídica ou não. Ainda hoje estive com um cliente que teve recentemente problemas em quinhentos mil euros, e uma empresa devia-lhe trezentos e trinta mil euros e houve um processo de injunção, e neste momento está em falta porque só a Câmara de Abrantes lhe deve cento e setenta mil euros de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma escola que fez, mas a empresa já cedeu os créditos e a Câmara só paga em Tribunal. Portanto, eu gostava de saber porque é que estas coisas não são diretas e são complicadas. Se puderem esclarecer, agradecia.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Bom natal e bom ano para todos. -----

- **Edifício na zona desportiva Encosta da Capela** - Em relação à elaboração do projeto de alargamento do edifício da zona desportiva da Encosta da Capela, o que vão fazer concretamente? Penso que tem a ver com a UDA (União Desportiva Atalaiense) mas gostava de ser esclarecido.

- **Abastecimento de água** - Na página três, no âmbito do núcleo de abastecimento de água, foi feito o acompanhamento de ações desenvolvidas no concelho, pela ex-Águas do Centro e que ações foram essas? -----

- **Aquisição de semáforos LED** – No fundo da página três, no parágrafo eficiência energética, informa que foi efetuado procedimento concursal para aquisição de semáforos LED, onde vão ser colocados e como é o seu funcionamento? -----

- **Equipamento AVAC** - No parágrafo, manutenção de equipamentos mecânicos, foi efetuado acompanhamento e monitorização das empresas de equipamento de AVAC da escola Ciência Viva, isto refere-se ao ar condicionado? -----

- **Conselho Municipal de Segurança** - Em relação ao Conselho Municipal de Segurança que reuniu, gostava de saber em que ponto estão as coisas, porque havendo aqui um aumento de índice de criminalidade, ou de pelo menos alguma insegurança por parte das pessoas. Houve um período em que as pessoas andavam apreensivas e notava-se um certo receio porque andavam alguns meliantes a fazer assaltos, amedrontavam as pessoas e nalguns casos até furtavam. Portanto, houve um período de insegurança e não sei que evolução há sobre esta situação. Nós no período eleitoral

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entregamos um documento no posto da GNR, na altura o Senhor Comandante do posto estava ocupado. Isto é um assunto que preocupa as pessoas e gostava de saber mais sobre isto.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Boa noite a todos. Cheguei um pouco atrasado, peço desculpa por esse fato. Desejo a todos os presentes votos de boas festas. Agradeço quer a Câmara, quer à Assembleia esses mesmos votos. Aproveito também para agradecer à Câmara e ao Centro Social do Pessoal o convite para o jantar de natal, só que recebi o convite depois da realização do mesmo. Li a informação escrita, que também está incompleta, porque na parte respeitante à situação financeira, esta é insuficiente sobre a informação das percentagens de despesa já efetuada, pelo menos nos documentos que me enviaram não consta isso. -----

- **Processos judiciais** - Quero também dizer o seguinte sobre os processos. Quero felicitar pois o número de processos reduziu substancialmente de vinte e um, na última assembleia, para catorze. Acho que houve aqui um bom avanço. -----

- **Processo Parque Almourol** - Hoje, recebi o Jornal Novo Almourol, e vem lá mencionado que o processo Diver Almourol, Parque Almourol, Câmaras Municipais de Vila Nova da Barquinha e Constância, estão a chegar ao fim do acordo. Este processo não consta nos processos judiciais, também não sei se tem de constar. Gostaria de saber que acordo é este, pois julgava que este assunto estava ultrapassado. -----

- **Mapa Financeiro do Município** - Quero felicitar a Câmara, pois há anos que não verificava esta situação. De acordo com os documentos que foram entregues, chegamos a Dezembro e as verbas que estavam destinadas às Juntas de Freguesia estão liquidadas nesta data. Anos e anos isto nunca aconteceu, portanto, quero felicitar a Câmara. -----

- **Receitas** - Gostaria de saber, na página três, da posição atual do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orçamento da receita do ano de dois mil e quinze, vem aqui na classificação 01.01.06.04., terrenos outros estava dotada com cinco euros e agora diz que foi cobrado vinte e mil euros. Gostava de saber que terreno foi este porque esta classificação depois não bate certo com outra mais à frente.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer os Senhores Deputados. -----

Suicultura – “Na visita à Suicultura fiz-me acompanhar do Senhor Presidente da Assembleia, onde estiveram também presentes as entidades fiscalizadoras por parte das direções regionais. Não estive presente a Agência Portuguesa do Ambiente. Verificamos “in loco” que houve movimentação de terras, ou seja, o espalhamento de lamas, e por isso, provavelmente, esses cheiros recorrentes que aconteceram. Na sequência da vistoria os técnicos fizeram o respetivo relatório. A Câmara pediu encarecidamente que o espalhamento de lamas não fosse feito, aliás é uma das recomendações da Direção Regional de Agricultura, que os resíduos sejam transportados para fora de Vila Nova da Barquinha. O Presidente da Câmara e da Assembleia pediram que estes relatórios, que são mensais, que a Câmara Municipal fosse notificada, assim como a Direção Regional, de todas as práticas e movimentação de resíduos. O que eu percebi, apesar de não ter ainda o relatório final, é que a suicultura está a funcionar dentro da legalidade. Tive o cuidado de ir com os técnicos, à zona onde originaram as contraordenações do antecedente, e verifiquei que todas as caixas estavam betumadas e foram tapadas recentemente, ou seja, as descargas para a linha de água não existem. A última lagoa estava completamente vazia, se calhar consequência da falta de água. Ficamos, agora, à espera da notificação por parte das entidades fiscalizadoras. Solicitei que no respetivo relatório estive mencionado que a Câmara Municipal só licenciaria qualquer alteração, ou renovação de licença se a cortina arbórea tiver completa.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sinteticamente, é isto que se passa. Este ponto será uma temática que será sempre acompanhada pela Assembleia Municipal, e assim, que tiver mais alguma informação darei conhecimento aos senhores deputados. --

Processo judicial número dez – o julgamento foi adiado para o dia dois de Maio de dois mil e dezasseis. Este processo tem a ver com a empresa que fez os trabalhos de fiscalização da obra do Centro Escolar. A Câmara Municipal tem provas em como o serviço não foi prestado, a fiscalização não foi feita. É competência do presidente da Câmara Municipal defender os interesses do Município até às últimas consequências. Se o serviço foi prestados, liquidaremos, e fazemos o ajuste de contas, se não foi assistenos o direito de prova e provar em Tribunal tal trabalho não foi prestado.

Alargamento do edifício da Encosta da Capela – É um projeto que está nos Serviços técnicos da Câmara Municipal e trata-se do alargamento do edifício, para instalação da UDA. -----

Abastecimento de Água – Tem a ver com o alargamento da rede alta pelos serviços, concretamente da ligação que foi feita à zona industrial pela parte da EPAL. -----

Semáforos LED – São os semáforos a seguir ao Intermarché, na passagem superior. -----

Conselho Municipal de Segurança – Houve uma reunião onde estiveram presentes os órgãos que compõem o referido conselho, onde está representada a Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente. Esteve presente o Senhor Comandante do destacamento territorial de Torres Novas, a Capitã Irina, assim, como o Senhor comandante Petinga, do posto territorial de Vila Nova da Barquinha. A informação que foi dada por estas entidades é que os índices de criminalidade baixaram em termos estatísticos. Reiteramos a nossa preocupação na questão da Atalaia. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atalaia, também esteve presente em representação das Juntas de Freguesia e entendemos que o policiamento de proximidade não tem sido feito e daí, solicitamos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que ele seja mais perene, que se faça com outras rotinas, do que as atuais. Esta entidade prometeu que dentro dos efetivos, disponíveis ia tentar resolver esse problema e que para o futuro poderiam fazer ações de sensibilização junto das populações. Em breve realizar-se-á uma, do qual ficamos de coordenar com as Juntas de Freguesia, quais os melhores dias para se fazer este tipo de sensibilização. -----

Processo Diver Almourol – A ação é extremamente recente, quem é o autor principal é o Parque Almourol e, solidariamente, o Município de Vila Nova da Barquinha e de Constância. A ação é intentada pelo Parque Aventura que pede uma indemnização no montante de trezenos e vinte e três mil, trezentos e cinquenta euros e vinte e sete centésimos. São duzentos e cinquenta mil euros por incumprimento do contrato promessa da constituição da sociedade para gerir o parque aventura, sessenta e três mil, trezentos e cinquenta euros e vinte e sete centésimos por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes da posse administrativa dos Centros Náuticos. São dez mil euros, a título de danos patrimoniais e não patrimoniais, decorrente do desmonte das pontes de madeira, isto em Constância. Eu acompanhei este processo, nomeadamente os julgamentos e verifiquei que a ação tinha muita probabilidade de não obter provimento por parte do Parque Almourol e do dos Municípios acima referidos. Os julgamentos foram feitos no Tribunal da Comarca de Santarém. Solicitei aos advogados que me fizessem o ponto da situação e do qual vos transmito o seu parecer: «muito embora consideremos afastada a possibilidade dos réus serem condenados na totalidade dos pedidos formulados pela autora, subsistem a eventualidade de eles serem condenados a pagar uma parte da indemnização acrescida de juros vencidos e vincendos. De fato, a não marcação pelo Parque Almourol da escritura de constituição da Sociedade que dirige o Parque Aventura, as expectativas jurídicas quanto à criação do parque e os investimentos feitos por este, como pressuposto desse investimento, bem como, a posse

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

administrativa dos Centros Náuticos, são fatos que podem fundamentar uma condenação, ainda com um valor inferior ao mencionado. Ora, entendendo que só em relação à posse administrativa dos Centros Náuticos, é pedida indemnização de sessenta e três mil euros. O pagamento de cinquenta mil euros será a melhor solução. Eu tive o cuidado de acompanhar o processo, porque acho que é o papel do autarca, defender a Câmara Municipal. Com este acordo com a empresa Diver Almourol, caberão dezasseis mil, seiscentos e sessenta e seis euros para a Câmara de Vila Nova da Barquinha, o mesmo valor para a Câmara Municipal de Constância, assim, como o mesmo valor para o Parque Almourol. Neste momento existem fundos disponíveis para que se proceda a este pagamento e a ação nem vai aparecer na próxima listagem dos processos judiciais. -----

Posição atual do orçamento da receita do ano de dois mil e quinze –

Esta previsão que está aqui, é de dez mil euros e não de vinte mil euros. É uma previsão para algumas situações de acerto de extremas que possam surgir. É meramente indicativo. -----

Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo –

“A nível da segurança o policiamento devia passar mais vezes nas localidades, as populações sentir-se-iam mais seguras.” -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que irá facultar à Assembleia Municipal a ata aprovada da reunião do Conselho Municipal de Segurança. -----

Ponto três – Classificação de prédios devolutos - conhecimento da deliberação da Câmara. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara – “Os proprietários dos prédios foram informados da intenção da Câmara de classificar os seus imóveis como devolutos, nos termos do artigo cento e doze, do Decreto-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lei número duzentos e oitenta e sete de dois mil e treze, que aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Decorrido o prazo de audiência dos interessados, sem que os proprietários dos imóveis apresentassem reclamação ou justificação de manifestação que contrariem essa intenção procedeu-se à respetiva identificação dos prédios devolutos e nos termos da Lei essa comunicação tem de ser feita até trinta de Novembro do corrente ano, e deste fato damos conhecimento à Assembleia Municipal.” -----

A assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto quatro – Majoração de IMI, prédios degradados e em ruínas – conhecimento da deliberação da Câmara. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expor o assunto em epígrafe. -----

“O ponto número quatro é também sobre o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, artigo cento e doze, número três e oito do respetivo normativo. Foram identificados com degradados e em ruínas, os prédios que estão na relação em anexo ao documento entregue aos Senhores Deputados. Como sabem há um agravamento de trinta por cento para os degradados e trezentos por cento para os prédios em ruínas.” -----

A assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto cinco –Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente às alterações aos acordos de execução em vigor com as Juntas de Freguesia. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“Na sequência da publicação da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, é permitida a delegações de competências às Câmaras Municipais. Como sabem, os contratos de execução encontram-se vigentes até à data do final do mandato. Prevê-se que o novo governo vá alterar este regime jurídico, pois, pelo menos na semana passada fez-se a abordagem sobre

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a possibilidade de mais delegações nas Juntas de Freguesia. Aqui, no caso concreto o que nos importa é alterar algumas cláusulas em consequência da delegação de competências nas Juntas, designadamente, o arranjo e requalificação do Cemitério das Limeiras, na Praia do Ribatejo, a reparação do lavadouro na Atalaia e a reparação de passeios no Cardal, Vila Nova da Barquinha. Importa que estes trabalhos sejam executados e administrados pelas Juntas de Freguesia, por uma questão de proximidade. É convicção do Município que as Freguesias prestem um serviço de qualidade às suas populações. Assim, proponho a atribuição, gestão e administração dos espaços destas intervenções a cada Junta de Freguesia conforme os acordos de execução, que também estão em anexo. Dizer, que a proposta vai alterar os artigos doze e treze, dos acordos de execução que se encontram em vigor até outubro de dois mil e dezassete.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que solicitaram os seguintes esclarecimentos: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Eu concordo com a proposta, votarei favoravelmente. Gostaria que me esclarecessem quanto a dois pontos. Isto é para o corrente ano? Se é não está no orçamento, há alguma alteração? Segundo, não é para este ano, nem para o próximo, o que me parece errado. Devia-se ter em atenção esta situação.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Estas obras para o cemitério das Limeiras, são para a zonas envolvente? Este cemitério tinha um problema com águas, não sei se está resolvido ou não.” -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu do seguinte: -----

“Não é para este ano, mas sim para o próximo. Está no orçamento e está previsto. -----

Quanto à questão do Senhor Deputado João Filipe, as obras são para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

zona envolvente do cemitério das Limeiras, pois há problemas de infiltração de água no subsolo, que provocam danos dentro do próprio cemitério. Vai ser uma parceria entre o Regimento de Engenharia 1, a Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo e a Câmara Municipal.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente às alterações aos acordos de execução em vigor com as Juntas de Freguesia, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto seis – Apreciação e votação do Regulamento do Cemitério Municipal de Vila Nova da Barquinha. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“Houve uma alteração à Lei, nomeadamente ao Decreto-lei dez de dois mil e quinze de dezasseis de Janeiro, que pretende em termos de legislação introduzir algumas adaptações decorrente do normativo legal, entretanto publicado, e que convém fazer os respetivos ajustamentos e reformulações, com a experiência diária que temos do próprio cemitério. Em síntese, regulamentar. É isto, que os Senhores Deputados têm para apreciação.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “É um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

assunto que decorre da Lei, segundo informação do Senhor Presidente. Eu li mas é um documento muito técnico.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Regulamento do Cemitério Municipal de Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto sete – Apreciação e votação do Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público, Prestação de Serviços e Restauração. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“Na sequência da publicação do Decreto-lei dez de dois mil e quinze, de dezasseis de Janeiro, que aprovou o regime jurídico de acesso ao exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, foi construído um instrumento legal facilitador do enquadramento legal de acesso ao exercício de atividades económicas que permite o aumento da responsabilidade dos agentes económicos, reforçando a fiscalização e agravando-se o regime sancionatório. Para além disso, veio este diploma também definir a questão dos horários de funcionamento deste tipo de atividades. Face à legislação produzida, e à instituição de balcão único, do licenciamento zero, o que importa é regulamentar os períodos de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e serviços de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

restauração, sob pena de algumas atividades funcionarem a noite toda. Acho que aqui é nossa competência e é isso que trago aqui, tal como as sanções a aplicar para quem, violar a lei e os regulamentos.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Regulamento dos Períodos de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público, Prestação de Serviços e Restauração, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto oito – Pedido de Aprovação da alteração da delimitação da ARU da zona baixa de Vila Nova da Barquinha. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“Como sabem estamos a fazer um trabalho intensivo sobre as áreas de reabilitação urbana. Foi na Moita do Norte, na Atalaia e vem hoje aqui, à Assembleia Municipal, a zona poente de Vila Nova da Barquinha e a ARU da Praia do Ribatejo. Neste momento, estamos a definir quais as ARU’s, para efeitos de isenção de taxas, o IMI, IMT, IRS e IVA. No fundo, estamos também a promover uma operação de realização urbana identificando aqueles imóveis, que se encontrem degradados. Por outro lado, os fundos comunitários, quando houver candidaturas, que ainda não há previsão, confere aos proprietários o direito ao acesso de apoios e incentivos. Temos informação da CCDR Centro, que terão tratamento favorável os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chamados territórios ribeirinhos, por isso, fazemos a reabilitação da ARU, nomeadamente no Bairro S. João de Deus, do Lagarito e de toda a zona envolvente.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Eu concordo plenamente com isto, só pergunto se será alguma vez contemplado o Pedregoso ou a Quinta da Lameira.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Gostava de saber se a ARU vai até à Escola D. Maria II, se não, onde termina?” -----

Foi dada novamente a palavra ao Senhor Presidente que esclareceu do seguinte: -----

“A ARU está identificada. É na zona do Lagarito, a zona do Bairro S. João de Deus e a zona dos prédios amarelos. Se repararem a Lei define que tem de ser um espaço contínuo. Em relação ao Pedregoso teremos de fazer uma ARU específica, ou seja, Pedregoso e Lameira, tal como já tínhamos falado. Também há a possibilidade de uma ARU para a Ponte da Pedra. Há ARU’s gerais e há ARU’s específicas, por isso, é que neste momento, temos de começar por aquelas ARU’s onde há maior número de pessoas.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Paula Duarte** – “No documento entregue, na página dezasseis, está mencionado ARU da Praia do Ribatejo, em vez de ARU de Vila Nova da Barquinha.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente delimitação da ARU da zona baixa de Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto nove – Pedido de Aprovação da delimitação da ARU da Praia do Ribatejo. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“Este ponto refere-se à delimitação da ARU da Praia do Ribatejo. Eu tive o cuidado de na fase final, acompanhar o Presidente da Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo e na última volta ainda identificamos mais quatro prédios. De fato, toda a zona ribeirinha da Praia do Ribatejo e a parte da Encosta, têm muitos prédios degradados e abandonados, e no próprio documento consegue-se compulsar este tipo de evidência. É importante delimitar sem prejuízo de mais tarde não se poder delimitar. Também não está contemplada a questão das 4 estradas, ou algumas zonas rurais.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Nós falamos da Praia do Ribatejo, mas falta aqui as Madeiras e Limeiras, é a mesma situação das zonas marginais. Voltando à intervenção inicial da minha colega de bancada, ela falou de uma série de circunstâncias, entre elas a questão dos transportes. A Câmara também reconhece a questão da mobilidade é muito importante. Esperamos que de uma vez por todas que as coisas avancem. Neste momento, também não sei como estão as coisas em relação aos projetos do Vale da Loura. O que realço é que o levantamento está bem feito, mas volto a frisar que a questão da mobilidade é importante.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----

“A questão do Vale da Loura é um projeto privado, Um dos sócios, Aquino

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Construções, S.A., está num processo de insolvência e tenho muitas dúvidas que nos tempos mais próximos haja alguma iniciativa privada para habitação. Toda a dinâmica edificatória, neste momento, está indiciada para a regeneração, como indiciam os fundos comunitários. De fato, temos muitas casas abandonadas, há muito património para recuperar. Em Vila Nova da Barquinha, através de incentivos fiscais já estamos a ver algumas obras no centro da Vila. O projeto do Vale da Loura fica para melhores dias, quando os mercados funcionarem melhor ou estiverem mais apelativos. Quanto à questão dos transportes, tem razão, essa é uma preocupação do Município e vamos acompanhar a situação. Vamos todos fazer força para que as coisas sigam os seus trâmites.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente delimitação da ARU da Praia do Ribatejo, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto dez – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente à 1ª Revisão Orçamental de 2015. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“O objetivo visa a introdução do saldo de gerência do ano anterior, em termos de POCAL. É uma mera operação aritmética.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte. -----

Só gostava de saber uma questão. Porque como disse o Senhor Presidente, são tecnicismos, não é de contabilidade. Pelo que percebi do saldo anterior passa algum valor para a rubrica de terrenos da zona industrial, no qual houve uma diminuição. O raciocínio é este, correto? Houve uma diminuição que foi compensada com um saldo.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara - “Como sabe, baixamos o orçamento. O objetivo é que os orçamentos definam aquilo que de fato é a expectativa real.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à 1ª Revisão Orçamental de 2015, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e dos Senhores Deputados João Gralha, Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. ----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto onze – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais de Gestão de 2016 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----

“O documento como sabem é transversal a todas as Câmaras. É um documento que face ao ano anterior tem uma redução de um milhão, vírgula, três milhões de euros, uma redução de catorze por cento, que se justifica essencialmente devido ao ciclo dos fundos comunitários, do quadro comunitários anterior e também do desconhecimento do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cofinanciamento do quadro Portugal 2020. O quadro 2014/2020, ainda não tem avisos de abertura. Estamos em dois mil e dezasseis, e não sabemos se determinado tipo de investimento se pode fazer ou não. Ele é de oito, vírgula oito milhões de euros. Desconhece-se ainda, o orçamento geral do estado. Contempla aquilo que já temos garantido em sede de investimento territorial integrado, chamado ITI, nomeadamente, os arranjos paisagísticos da ilha do Almourol, assim, como a criação de centeúdos da Musealização deste monumento nacional. Também, a execução do projeto percursos ribeirinhos, a criação de um centro de interpretação templária no primeiro andar do Centro Cultural de Vila Nova da Barquinha, são alguns dos projetos, pois estamos a falar de um orçamento, de um processo de intenções, isto na área do turismo. Na área da educação vamos manter a parceria, excelente, com a Universidade de Aveiro, nomeadamente, no projeto do Centro Integrado de Educação e Ciências, para o ensino básico e se possível também desenvolvê-lo com o novo diretor do Agrupamento, para o secundário. Também no âmbito do ITI, foi possível negociar, e está contemplado, a construção do novo Jardim de Infância em frente ao Centro de Saúde de Vila Nova da Barquinha, para substituir o antigo que está completamente degradado e com infiltrações. Por outro lado, o apoio de desenvolvimento de micro empresas, como o ninho de empresas em frente à Loja do Cidadão, nas chamadas casas Pombo Duarte. Outra área onde vamos intervir é na regeneração urbana, com as possibilidades de financiamento desta área, por parte dos Municípios. Outra questão também relevante dos fundos comunitários, como é público e notório, e tem sido publicitado, é da eficiência energética. Vamos intervir e está garantido no âmbito do ITI, a recuperação da Piscina Zêzere, na Moita do Norte. Já identificamos a colocação de alguns LED's em arruamentos do concelho, mas temos de preparar o processo com o Médio Tejo 21. Vamos fazer os respetivos relatórios de monitorização dos consumos atuais para depois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

podermos avaliar as melhorias. Tem de se fazer uma certificação de todas a iluminação pública, que também vai dar um trabalho hercúleo. Como os Senhores Deputados sabem, mantemos no orçamento a taxa de IMI de zero, vírgula trinta e dois por cento, a devolução de zero, vírgula cinco por cento, bem como a isenção da derrama às empresas, no sentido de dar apoio às empresas e obviamente existe um diminuição do orçamento.” -----

Foi dada a palavra aos Senhores Deputados que expuseram o seguinte: -----

= Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte – “Só uma breve análise que eu e o Deputado João Filipe fizemos ao documento. Tivemos a oportunidade de reunir com o Vereador Rui Constantino, numa reunião prévia, que foi aberta a todas as forças políticas. Foi extremamente esclarecedora e houve uma grande abertura por parte do executivo para esclarecer no que fosse necessário. Os projetos mencionados neste orçamento são projetos equilibrados, nada de grandes projetos que poderiam deixar o executivo “em maus lençóis”, é equilibrado. Num contexto geral, não se pode fazer uma análise deste orçamento, desconhecemos os fundos comunitários e até o próprio orçamento de estado. É um orçamento realista, ajustado à realidade. Contudo, há aqui algumas questões, no qual o executivo tem grande despesa decorrentes da transferência de competências, do qual o governo acabou por enviar para as Câmaras e que acaba por sufocar ainda mais este orçamento. A nossa votação irá de encontro a esta análise.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Analisando estes documentos que foram enviados, eles vêm ao encontro daquilo que foi defendido por mim, nomeadamente pelos que me acompanham como representante do grupo do Partido Social Democrata. Há essa redução como o Senhor Presidente acabou de dizer mas a minha opinião é que não é este o valor final, basta nós olharmos para que nas grandes opções

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do plano em relação ao financiamento, este não é definido, é superior em trinta por cento ao valor total previsto. Esta é uma das realidades que me levam logo a encarar isso. Outra situação olha-se aqui para os projetos que estão indicados e que vêm há já alguns anos, nomeadamente os percursos ribeirinhos. O problema do saneamento das Madeiras, e assim sucessivamente. Portanto, este ano não vou votar contra porque isto vem ao encontro daquilo que tenho defendido. Cada vez maior rigor e como vem ao encontro daquilo que defendo, apesar de não cumprir exatamente aquilo que eu defendo ou meu voto vai ser a abstenção.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Apesar de tudo, os projetos que estão previstos, dizemos que estamos em “tempo das vacas magras”, vamos esperar, que com este novo governo a nível das autarquias, as coisas melhorem, pelo menos as coisas serem mais claras em termos de descentralização. Dar uma autonomia que é precisa por parte das Câmaras Municipais que estão junto das populações. Quero lembrar, nós fomos críticos em relação a esta situação e lembro que neste momento nenhuma câmara recebeu qualquer verba do FAM, ou será que esta Câmara recebeu e será a única. Isto, de algum modo vêm-nos dar razão aos alertas que nós lançamos na altura. Em relação ao orçamento, este certamente não será um orçamento da CDU, portanto nós em relação a isto vamos dar uma margem, pois é o primeiro orçamento de uma nova era. Posto isto, iremos abster-nos nesta votação.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente aos documentos previsionais de Gestão para 2016, esta foi aprovada por maioria com seis abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e David Antunes da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e treze votos a favor dos Senhores Deputados João Gralha, Paulo Constantino, José Chambel, José Pereira de Sousa, César Cardigos, Inocêncio Cruz, Manuel Costa, Manuel Cardoso, Benjamim Reis,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Ofício do Tribunal de Contas sobre a Homologação da Conta relativa ao exercício de 2011 - Recomendações
Anexo 3	Ofício do Grupo Parlamentar Os Verdes – Pergunta ao Governo sobre a situação dos Centros de Saúde da ARS
Anexo 4	Ofício da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha relativamente ao Conselho Municipal de Segurança
Anexo 5	Ofício da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha sobre o problema da Suinicultura Agropecuária Valinho, S.A.
Anexo 6	Declaração da Candidatura de Edgar Silva às Presidenciais 2016 – lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo
Anexo 7	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara